

**Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira:
microespaço público e experiências de participação no movimento
estudantil**

**Political youth groups in a public university in Minas Gerais:
micro-public space and experiences of participation in the student
movement**

**Colectivos juveniles políticos en una universidad pública minera:
micro-espacio público y experiencias de participación en el movimiento
estudiantil**

1027

Luís Antonio Groppo*
Mariana Pereira Ramos**
Júnior Roberto Faria Trevisan***
Guilherme Abrão da Silva****
Isabella Batista Silveira*****

* Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). E-mail: <luis.groppo@unifal-mg.edu.br>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0143-5167>

** Mestranda em Educação pela UNIFAL-MG. Bacharel em Ciências Sociais pela UNIFAL-MG. Foi bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: <mariramospereiramrp@gmail.com>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4585-5849>

*** Professor de Sociologia da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Mestre em Educação pela UNIFAL-MG. Foi bolsista de Mestrado pelo Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação da UNIFAL-MG (PIB-Pós) e de Iniciação Científica pelo CNPq. E-mail: <juniortrevisansk8@gmail.com>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0075-5708>

**** Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Estudante de Licenciatura em Ciências Sociais pela UNIFAL-MG. Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq. E-mail: <estivamg@gmail.com>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8353-1891>

***** Professora de Sociologia da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Mestre em Educação pela UNIFAL-MG. Foi bolsista de Mestrado pela CAPES. E-mail: <isabellasilveira48@gmail.com>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4355-448X>

Resumo: Este artigo descreve a configuração de um microespaço público estudantil, a partir da ação de coletivos juvenis, em uma Universidade Federal de Minas Gerais. São analisadas as dinâmicas de três desses coletivos, de caráter político, por meio de pesquisa de campo entre 2016 e 2018, com observações e entrevistas semiestruturadas. Acompanharam-se o auge e o esvaziamento desse microespaço, com a análise de eventos da política estudantil, bem como a vigorosa ação coletiva de ocupação da universidade no segundo semestre de 2016. Os resultados tratam dos processos de engajamento/desengajamento e mobilização/desmobilização durante esse ciclo de protestos juvenis dos anos de 2010, em um caso particular, além das dificuldades de um novo contingente de estudantes, oriundo da expansão da Educação Superior pública, manter a sua participação política.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Militância. Ativismo. Engajamento.

Abstract: This paper describes the configuration of a student public micro-space, based on the action of youth groups, at a Federal University in Minas Gerais, Brazil. The dynamics of three of these collectives are analyzed through field research between 2016 and 2018, with observations and semi-structured interviews. The emergence and evacuation of this micro-space were accompanied by the analysis of events of the student politics as well as a vigorous collective action of the university occupation in the second half of 2016. The results deal with the processes of engagement/disengagement and mobilization/demobilization during this cycle of youth protests in the 2010s, in a particular case, besides the difficulties of a new contingent of students, coming from the expansion of public Higher Education, to maintain their political participation.

Keywords: Student movement. Militancy. Activism. Engagement.

Resumen: El artículo describe la configuración de un micro-espacio público estudiantil, a partir de la acción de colectivos juveniles, en una universidad federal de Minas Gerais, Brasil. Se analizan las dinámicas de tres de esos colectivos, de carácter político, por medio de investigación de campo entre 2016 y 2018, con observaciones y entrevistas semiestruturadas. Se acompañaron el auge y el vaciamiento de este micro-espacio, con el análisis de eventos de la política estudiantil, así como la vigorosa acción colectiva de ocupación de la universidad en el segundo semestre de 2016. Los resultados tratan de los procesos de compromiso/retirada y movilización/desmovilización durante ese ciclo de protestas juveniles de los años 2010, en un caso particular, además de las dificultades de un nuevo contingente de estudiantes, oriundo de la expansión de la Educación Superior pública, mantener su participación política.

Palabras clave: Movimiento estudiantil. Militancia. Activismo. Compromiso.

Introdução

Luís Antonio Groppo, um dos autores deste artigo, foi pessoalmente afetado, mais de uma vez, por eventos promovidos por estudantes de uma universidade pública do interior de Minas Gerais, como uma comemoração das violências cometidas durante o Regime Militar e roda de conversa promovida no Dia Internacional da Mulher, em março de 2015. Em especial nessa roda de conversa, o autor se percebeu como um aprendiz entre as ativistas, que lhe ensinavam sobre as ideias do feminismo e o combate ao machismo. Também, conheceu os três coletivos que são tratados neste artigo, que, se para organizar a roda, colaboraram entre si, em alguns outros momentos da vida política estudantil que costumam ser adversários: o Juntos!, o Levante Popular da Juventude e o Quilombo. Assim, inspiraram a pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”¹, cujos resultados deram origem a este texto.

¹ A pesquisa *A dimensão educativa das organizações juvenis: Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais* foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), em 25 de junho de 2015, pelo Parecer nº 1.092.498. A pesquisa foi coordenada por Luís Antonio Groppo, um dos autores deste artigo, e apoiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem

O principal momento da pesquisa de campo ocorreu no 2º semestre de 2016: uma vigorosa ação coletiva suscitada pelas e pelos estudantes, que ocuparam a universidade durante quase dois meses, com o apoio inicial de greve docente e de técnicas e técnicos. A greve e a ocupação mobilizaram importante número de estudantes “independentes”, ao lado dos coletivos estudantis políticos ligados a forças da esquerda, um deles responsável pela coordenação do Diretório Central Estudantil (DCE), o Juntos!. Pudemos acompanhar também o pós-ocupação, com a paulatina e dolorosa desmobilização de boa parte das e dos independentes e a crise dos próprios coletivos.

O objetivo deste artigo é a descrição da configuração de um microespaço público estudantil e as experiências de participação política de estudantes nesse espaço. O microespaço foi criado a partir da ação de coletivos juvenis, em uma Universidade Federal de Minas Gerais, entre 2012 e 2018, destacando os grupos ou núcleos locais do Juntos!, Levante Popular da Juventude (ou apenas Levante) e Quilombo. O artigo, em primeiro lugar, descreve esse microespaço público e sua relação com um contexto mais amplo de mobilizações juvenis, no Brasil. Em seguida, após arrolar as principais ações políticas desses coletivos durante esse período, analisa como suas e seus jovens integrantes experimentaram a participação política nesse microespaço público.

Metodologia de pesquisa: observações e entrevistas

Foram feitas observações sistemáticas, inspiradas pela etnografia², registradas em diários de campo, de diversas ações coletivas e práticas formativas dos coletivos juvenis, entre 2016 e 2018, além da ocupação da Universidade, de outubro a dezembro de 2016. Também foram feitas observações de grandes eventos do macroespaço público estudantil: em 2016, o Encontro Nacional de Negras, Negros e Cotistas da União Nacional dos Estudantes (ENUNE); em 2017, o Acampamento Internacional das Juventudes em Luta e o 55º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CONUNE).

Também foram feitas entrevistas semiestruturadas³ com oito estudantes: dois integrantes de cada um dos três coletivos estudantis abordados neste texto (Juntos!, Levante e Quilombo) e dois ex-integrantes (uma do Juntos!, outra do Levante). Destes estudantes, sete são mulheres e apenas um é homem, buscando contemplar a presença muito mais marcante de mulheres do que homens nesses coletivos.

como por Bolsas de Iniciação Científica pelo próprio CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e, também, por bolsas de Mestrado pelo Programa PIB-Pós da UNIFAL-MG e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Todo o processo de pesquisa tem sido assumido coletivamente pelo Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG, projeto que alia extensão e pesquisa, envolvendo estudantes da Universidade de diversas graduações e do Mestrado em Educação, assim como estudantes do Ensino Médio com bolsa de Iniciação Científica. Nas reuniões do grupo, debatemos o projeto de pesquisa, construímos o roteiro da entrevista, aplicamos a entrevista-teste e temos discutido os resultados. Boa parte das análises aqui presentes surgiu desses debates.

²A observação participante tem aqui seguido os passos sugeridos por Oliveira (2006), que enfatiza olhar, ouvir e escrever – a pesquisadora ou o pesquisador é o principal instrumento de pesquisa, necessitando aguçar seus sentidos e percepções, bem como realizar um apurado registro. Destacam-se os registros dos “estranhamentos” e das “experiências reveladoras”, sem deixar de lado os aspectos rotineiros (a “prática”) da etnografia (MAGNANI, 2009).

³A entrevista semiestruturada também privilegia o qualitativo, mas tende a destacar os aspectos pessoais, subjetivos e a provocar a autorreflexão de quem a concede (SZYMANSKI, 2004).

Política e subjetivação política

Jacques Rancière, no aspecto próximo a Hannah Arendt, contesta a tradicional associação da política a meios de coerção, ou seja, a associação do poder político com o monopólio dos instrumentos de violência legítima, tal como fazem Weber (1993) e Bobbio (1998). Política, em seu sentido arendtiano, é fruto da ação coletiva de pessoas que se entendem discursivamente: ação criadora de realidades, violando fronteiras e limites; discurso criador de compreensão mútua e sentimento comunitário (ARENDRT, 2007).

Em Rancière (1996a), política é ação humana contestadora das fronteiras criadas entre quem pode ser visto e ouvido e quem não teria essa capacidade. Política é ação poderosa, mas de curta duração, em que as pessoas tidas como externas à comunidade, como fora do mundo sensível, se fazem vistas e ouvidas, abalando e, muitas vezes, revisando aquelas fronteiras.

Os meios coercitivos fazem parte de outro campo da vida humana, a “polícia”, ou seja, “[...] o conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento da coletividade, a organização do poder e a gestão da população”. A “polícia”, a saber, instrumentos de controle derivados da majestade, divindade, força militar ou gestão de interesses, não deve se confundir com a política (RANCIÈRE, 1996a, p. 372).

A política interrompe, mesmo que momentaneamente, a eficácia da “polícia”, transformando excomungados da vida pública em sujeitos políticos. Por isso é de sua natureza o dissenso, que se fundamenta na revelação de algo que a ordem policial tenta manter esquecido: “[...] a pressuposição da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa, ou seja, em definitivo, a paradoxal efetividade da pura contingência de toda ordem” (RANCIÈRE, 1996b, p. 31). Os sujeitos políticos não criam identidades estáveis, são antes sujeitos em ato, precários, mas que podem operar desclassificações e desfazer a estrutura policial. É por isso que a assunção da política, em momentos extraordinários e, em geral, breves da história, é também o momento da assunção de novos sujeitos políticos – um processo de subjetivação política (CASTRO, 2009). Plebeus, operários, mulheres, estudantes e adolescentes agem politicamente e desconstroem – ainda que momentânea ou provisoriamente – a representação usual feita sobre eles pela ordem policial, a saber: de que são seres incapazes de agir politicamente, por incapacidade ou imaturidade.

A subjetivação política produz um múltiplo que não era dado na constituição policial da comunidade, um múltiplo cuja contagem se põe como contraditória com a lógica policial. [...]. Toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela. (RANCIÈRE, 1996b, p. 48).

Os estudos sobre a subjetivação política enfatizam dispositivos de subjetivação oferecidos ou criados no campo político para as e os jovens – em vez da imposição de valores e padrões de modo unidirecional por quem é adulto. Enfatizam a importância de conflitos e de choques de vontades individuais para forjar identificações coletivas – em vez de “capacitações” para se acomodar aos demais e manejar conflitos. Destacam espaços não convencionais de participação política, incluindo a arte e a cultura, por meio de coletivos que mobilizam paixões e afetos (CASTRO; MATTOS, 2009).

A categoria de subjetivação política ultrapassa o caráter meramente integrador e unilateral da noção tradicional de socialização e socialização política (CASTRO, 2009), flagra adolescentes e jovens como seres com capacidade de participar, de modos próprios, da vida social e política, cujas demandas e ações alteram o espaço público e as pautas do debate coletivo, fazendo emergir

novos atores e outras formas de atuar politicamente. Nosso sobrevoo acerca da recente história dos movimentos estudantis no Brasil, a seguir, flagra a assunção de novas identidades juvenis e estudantis, pressionando não apenas o espaço público mais amplo para reconhecer suas demandas – e sua própria existência como sujeitos políticos –, mas também o macroespaço público criado em torno das entidades estudantis “clássicas”.

Coletivos estudantis e o microespaço público da universidade

A política como dissenso, alargando ou alterando os horizontes de quem é visível e do que pode e deve ser debatido publicamente, bem como a política como a assunção de sujeitos políticos, está presente dentro da própria história recente do campo das entidades estudantis e dos protestos juvenis no Brasil.

Já no final dos anos de 1990, Mesquita (2003) registrou como a União Nacional dos Estudantes (UNE), em seus Congressos, assim como as entidades estudantis oficiais (Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Centrais Estudantis (DCEs), vinham sendo acossados por novas temáticas e desafiados por outras formas de organização juvenil. Entre as temáticas, destaca a questão racial, as questões de gênero e a expressão cultural. Entre as formas de organização, as executivas de curso, projetos de extensão realizados por estudantes, grupos de estudantes negras e negros, coletivos de mulheres universitárias e coletivos de cultura. Em trabalho posterior, Mesquita (2008) ilustra a atuação de estudantes Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTT) em defesa da diversidade sexual, ao lado dos coletivos de mulheres, pressionando a UNE para que incorporasse suas pautas ao lado dos programas políticos clássicos – com as entidades estudantis respondendo de forma errática e descontinuada, mas aos poucos tendo de reconhecer essas lutas identitárias.

Mische (1997) permite vislumbrar também esse acossamento de outras fontes de identidade juvenil no movimento estudantil, em seu estudo sobre os “caras pintadas” e o Movimento pelo *impeachment* de Collor, em 1992. A identidade juvenil já não tinha como fonte primaz a condição de estudante da universidade, tal qual nos anos de 1960, nem se restringia a classes médias e altas, tendo origem também nas ruas, pontos de lazer, coletivos culturais, indústria cultural e outros.

Um dos resultados dessa ampliação das fontes da identidade juvenil é a criação, na universidade pesquisada, de um microespaço público estudantil. Essa noção de microespaço público estudantil foi proposta por Groppo e Borges (2018), influenciada pela interpretação de Novaes (2012) acerca da complexificação do espaço público contemporâneo, em que instituições e rotinas políticas tradicionais passam a conviver com dinâmicas, sujeitos e organizações aparentemente não políticas, como as comunidades religiosas e os grupos culturais. Assim, no microespaço público da universidade, disputam o lugar da aparência e ajudam a tecer coletividades de poder efêmero e ação impactante, não apenas as clássicas entidades do chamado “movimento estudantil” (DCE, CAs e os três coletivos políticos que estamos tratando), mas também coletivos religiosos e culturais. Ainda mais, demandas de coletivos identitários, referentes a gênero, diversidade sexual e raça, passam a integrar as pautas dos coletivos do movimento estudantil.⁴

⁴ Quando utilizarmos o termo movimento estudantil, será com este sentido mais amplo, referenciando esse espaço de atuação de ativistas e militantes estudantis, não apenas as ações coletivas com participação de estudantes, mas também as atividades em torno das entidades estudantis (UNE, UEEs, DCEs, entre outras).

Esse microespaço público revelar-se-ia frágil, ao final. Assim, além de micro, talvez possamos defini-lo como um protoespaço público, aquele que, segundo Arendt (2007), dá origem ao mais formalizado espaço público. O protoespaço público é notadamente o “espaço da aparência”, “onde eu apareço aos outros e a mim” (ARENDR, 2007, p. 211). O protoespaço público e o próprio espaço público são lugares que nem sempre existem, em que a maioria não vive ou viveu e no qual ninguém pode viver de modo permanente. Por vezes, emerge daí um poder político, que não é o da força, mas o da consonância de diversos sujeitos em uma coletividade, poder que desaparece assim que as pessoas se dispersam.

A partir do final dos anos de 1990, constituiu-se outra importante influência no campo das entidades estudantis, segundo Bringel (2009): uma tendência “movimentista” vinda do movimento antiglobalização e marcante no ciclo de ocupações de universidades em 2007 e 2008 no Brasil. Consideramos que se trata de uma tendência que forçou as entidades estudantis a repensar suas formas de organização e a considerar a temática da permanência (de estudantes na Educação Superior). Tendência que impactou novamente o campo das entidades estudantis no ciclo de protestos juvenis da atual década, que teve início no Brasil com as Jornadas de 2013. De acordo com Groppo *et al.* (2017), essa tendência “movimentista” tem, entre suas principais características:

- Processos decisórios horizontais, fundamentados principalmente em assembleias.
- Grande participação de sujeitos autônomos ou “independentes”, não vinculados a organizações formais – elemento que, ao lado do anterior, tem levado os protestos juvenis a tecer fortes críticas às organizações de caráter hierárquico, burocrático, centralizador e instrumentalizador, inclusive as próprias entidades estudantis.
- Largo uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), ganhando cada vez mais destaque as redes sociais⁵.
- Preferência pela ação direta, como a conjugação entre ocupação da escola ou universidade e greve estudantil, muitas vezes exercitada de forma pré-figurativa, nos termos de Ortellado (2016)⁶; desse modo, a tática do protesto ensaia modos de organização social que antecipam a forma de vida desejada – tal como vimos nas ocupações de 2015 e 2016, com o exercício diário da democracia direta, a paridade de gênero e práticas educativas alternativas.

No microespaço público criado na universidade mineira, ao menos até 2017, quando essa esfera dá claros sinais de esvaziamento, os coletivos estudantis de esquerda procuram aparecer como coletivos juvenis, ou, ainda, “movimentos juvenis”, menos do que grupos organicamente articulados a partidos ou correntes partidárias. Isso é muito forte com o Levante Popular da Juventude, que afirma sua total autonomia em relação aos partidos, mesmo tendo se organizado pelo estímulo de um partido não-eleitoral, o Consulta Popular, e se alinhado a ações organizadas por frentes populares hegemônicas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A proposta de ser um movimento juvenil também é marcante no Juntos!, ainda que tenha relações orgânicas com o

⁵ As organizações da “nova direita” também perceberam o potencial das novas TICs e fizeram largo uso delas para vencer eleições presidenciais, como a dos Estados Unidos, em 2016, e a do Brasil, em 2018 (ROCHA, 2018). Artigo publicado neste dossiê, de Oliveira, Ferrari e Machado (2019), também destaca a importância das TICs para a organização das lutas feministas, incluindo o contexto mais recente do Brasil.

⁶ “Essas novas relações são o que uma tradição autonomista chama de política pré-figurativa, a capacidade de forjar, no próprio processo de luta, as formas sociais a que se aspira, fazendo convergir meios e fins.” (ORTELLADO, 2016, p. 13).

Movimento Esquerda Socialista (MES), corrente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁷. O Quilombo afirma explicitamente que é uma organização de juventude vinculada ao PT, mas atua de modo semelhante ao das organizações anteriores, como veremos adiante.⁸

Esses três grupos, ainda que de maneiras diferentes, têm inserido, ao menos em parte, a lógica “movimentista” na *práxis* das entidades estudantis “clássicas” e dos partidos de esquerda. Eles assumem as pautas típicas de partidos e movimentos informados pelo socialismo e pela perspectiva das lutas de classe, como a denúncia da exploração da classe trabalhadora e a luta por direitos trabalhistas. Contudo, os três grupos tratam como sendo centrais, ao lado dessas pautas classistas, a questão racial, o feminismo e a defesa da população LGBTQ+. Tematizam essas outras pautas não apenas em relação ao cenário mais geral da sociedade brasileira, mas em relação ao cotidiano da universidade, fazendo delas, ao mesmo tempo, questões gerais e específicas do atual movimento estudantil, relacionando-as com outras questões específicas: a ampliação do acesso à universidade pública e a garantia da permanência de estudantes populares, negras e negros, mulheres e LGBTQ+.

O microespaço público dos coletivos estudantis de esquerda, dentro da universidade, mas também nos espaços externos criados na cidade (como repúblicas, festas e outros eventos), ou em encontros estaduais e nacionais, permite não apenas a formação política da e do estudante em relação aos temas clássicos da esquerda, mas também constrói um espaço de vivência de uma ou algumas das diversas outras facetas de sua identidade, como negra, feminista, homossexual e bissexual. Como afirma Carla (ex-integrante do Levante Popular da Juventude, entrevista, 2017), sobre a célula do Levante na universidade pesquisada: “Eu acho que era um espaço muito tranquilo, em que não tinha nenhum tipo de discriminação, pelo contrário, eu acho que muitas pessoas iam para o grupo por conta de serem LGBTQ+ [...]”. Ou, ainda, Manuela (integrante do ex-Quilombo, entrevista, 2018): “O nosso grupo é o grupo da diversidade, a maioria das pessoas são mulheres, muitos são negros e negras, e quase 100%, digo isso com muita segurança, são LGBTQ+”.

Esse microespaço público torna-se lugar de vivência de uma identidade que se assume ou se constrói – tal qual a jovem negra que deixa de se identificar como branca ou “parda” e não mais alisa seu cabelo, ou o jovem que pode assumir sua homossexualidade e vivenciá-la em relacionamentos com outros sujeitos desse espaço. Torna-se um espaço que pré-figura, ao menos em parte, uma sociedade sem racismo, machismo ou LGBTQ+fobia. Daí, também, a grande vigilância de militantes, em especial mulheres, negras e negros e LGBTQ+, contra manifestações dessas intolerâncias no interior dos coletivos.

Durante o movimento de ocupação da universidade e greve estudantil, no segundo semestre de 2016, outro sujeito de grande relevância revigorou – ainda que brevemente – esse microespaço público: as e os estudantes independentes. Por um lado, as e os independentes forçaram a organização do protesto a uma radical adoção da tendência “movimentista” – tendência, como vimos, que os próprios coletivos juvenis praticavam em alguma medida, especialmente o Juntos! e o Levante. Por outro, na convivência com militantes dos coletivos, nos longos dias da ocupação, independentes aprofundaram sua formação política e, em alguns casos, descobriram ou construíram sua identidade feminista, negra e LGBTQ+. Enfim, lado a lado, independentes e militantes levaram ao limite a radicalidade da ação direta da tendência

⁷ Militantes há mais tempo no Juntos! tenderam a se filiar ao PSOL, mas isso não foi regra.

⁸ Em 2018, o grupo local do Quilombo rompeu com a sua rede e a corrente partidária, iniciando a constituição de outra rede juvenil em Minas Gerais e se articulando a outra corrente do PT. Quando nos referirmos a ações desse coletivo depois dele ter rompido com a rede Quilombo, o chamaremos de ex-Quilombo, para evitar a identificação do grupo local, mantendo a pesquisa dentro dos critérios da ética em pesquisa com seres humanos.

“movimentista”, tanto em sua participação em manifestação contra a PEC 55 no município mineiro – fechando a principal via de acesso da cidade – quanto em sua participação em protestos em Brasília e Belo Horizonte – ficando na linha de frente do confronto com forças policiais.

Nos termos de Pleyers (2018), os movimentos sociais das últimas décadas - desde o antiglobalização, com o aporte do atual ciclo mundial de protestos iniciado em 2011 - criaram a cultura alter-ativista. A cultura alter-ativista perpassa por todas as características do que foi chamado anteriormente de tendência “movimentalista”: horizontalidade, autonomia, largo uso das TICs e predileção pela ação direta e pré-figurativa. Entretanto, Pleyers (2018) acrescenta outro aspecto que tem sido fortemente valorizado pelas e pelos estudantes que pesquisamos, sejam militantes, sejam independentes: a dimensão pessoal, ou, em termos nativos, a subjetividade. A dimensão pessoal do alter-ativismo reforça também o caráter pré-figurativo dessas ações coletivas.

A centralidade da ética pessoal, da coerência entre as práticas e os valores, assim como do ativismo pré-figurativo, levam os ativistas a considerar a democracia, a justiça social ou a dignidade, não apenas como reivindicações formuladas frente às elites políticas, mas em primeiro lugar e antes de tudo, práticas e exigências pessoais. (PLEYERS, 2018, p. 39).

Na pesquisa de campo na universidade, observamos que as instituições formais também responderam aos desafios da cultura alter-ativista. Diversas instituições e organizações, inclusive religiosas, como a ABU, mas principalmente partidos e correntes partidárias da esquerda, buscaram criar “movimentos” ou coletivos juvenis que atendessem, ao menos em parte, expectativas de participação democrática, horizontalidade, ação direta e coerência entre o político e o pessoal, características que têm marcado a cultura alter-ativista. Desse modo, tentaram conciliar ou, ao menos, fazer conviver na mesma organização juvenil a militância em seu sentido clássico - em que a subjetividade do militante praticamente evade na organização - e o ativismo, em que a relação entre a subjetividade e a organização toma novos rumos, diante da preferência por ações diretas pré-figurativas.

Desse modo, as organizações políticas buscaram abarcar pautas e formas desejadas de participação política de uma nova “unidade de geração”, formada por adolescentes e jovens no Brasil no período recente, que expressaram esses anseios em diversas ações coletivas nos últimos anos. Jovens que tendem a “valorizar mais as formas e os canais políticos pouco institucionalizados”, que preferem formas de participação “com baixo grau de formalização” e de “sociabilidade mais intensa”, como as ações diretas nas ruas (CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018, p. 55).

Os três coletivos políticos estudantis combinam elementos novos - que rompem com princípios organizativos tradicionais - com elementos tradicionais, alguns até muito antigos. Vigentin (2016) faz essa análise acerca do Levante Popular da Juventude: entre os elementos inovadores, o destaque para atividades culturais como forma de atrair jovens, ações coletivas com dinâmicas mais horizontais e fluidas e lutas relativas às políticas de identidade e ao direito à cidade. Entre os elementos tradicionais, formas organizacionais como as “células”, estrutura organizativa estadual e nacional verticalizada, com pautas nacionais definidas por instâncias superiores, e viabilização econômica por aproximação com partidos, sindicatos e mandatos.

Os três coletivos representam, ao menos em parte, sujeitos e pautas juvenis que estão para além do mundo estudantil universitário. Isso é mais forte no Levante Popular da Juventude, que se apresenta como movimento juvenil com três fontes de atuação: o meio estudantil (secundarista e universitário), as periferias e o meio rural (em especial, articulando-se com os movimentos

sociais do Via Campesina) (VIGENTIN, 2016), ainda que tenha sido fundamental para sua constituição, a atuação de estudantes da Educação Superior junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul (ROVAI, 2015; Laís, Levante, entrevista, 2018). Em sua origem, o Quilombo foi um coletivo pautado nas lutas que deram fama ao Movimento Passe Livre (MPL), antes de renascer como um coletivo que disputou o DCE da Universidade Federal da Bahia (Luana, integrante do ex-Quilombo, entrevista, 2018). Quanto ao Juntos!, além da intensa participação nas Jornadas de 2013, ele tem grande articulação com o Cursinho Popular Emancipa, ainda que sejam movimentos com autonomia entre si.

Contudo, há tensões entre a cultura alter-ativista, que inspira a práxis desses coletivos estudantis, e os objetivos das instituições que os orientam, por vezes, uma tensão entre a própria militância e as lideranças nacionais dos coletivos. Afinal, pode haver grandes discrepâncias entre as intenções do alter-ativismo e os objetivos das instituições.

O próprio microespaço público da universidade é uma combinação entre estas duas culturas políticas, a militante “clássica” e a alter-ativista. Por um lado, esse microespaço é composto por coletivos políticos que disputam o controle das entidades estudantis, especialmente do DCE, e assim mantém relações de concorrência e cooperação para influenciar a política universitária local. Contudo, por outro, é também um espaço de relações alternativas entre os sujeitos que transitam ou dialogam com os coletivos, em eventos políticos promovidos na universidade, na cidade ou em outros locais, espaço que permite a constituição não apenas de uma identidade “militante” em sentido clássico – ligado a movimentos de esquerda e lutas de classe –, mas de uma identidade negra, feminista, LGBTQT+ ou até mesmo de homem branco heterossexual empenhado em lutar contra o machismo, racismo e LGBTQT+fobia, ao mesmo tempo que deseja uma sociedade sem desigualdades socioeconômicas.

Esse espaço de relações alternativas, que compõem o microespaço público da universidade, tende a ser largamente pré-figurativo, permite aproximar a pauta política da ética pessoal, conforme descreveu Pleyers (2018) sobre a cultura alter-mundista, e permite a conformação de programas políticos e até de elaboradas teorias que fazem dialogar marxismo, feminismo, formulações do movimento negro e do movimento LGBTQT+, entre outros. Não é casual que a grande maioria das integrantes e das lideranças desses coletivos seja mulheres, assim como das independentes. Também, que haja um número importante de pessoas LGBTQT+ atuando nos coletivos e como independentes, vivendo em um espaço onde há maior liberdade para performatizar sua identidade de gênero ou sexual.

As tensões mais marcantes tendem a se dar entre, de um lado, concepções militantes de uma organização mais hierárquica, com liderança mais centralizada e uma atuação “realista” em relação às instituições políticas, e, de outro, concepções alter-ativistas adeptas da democracia direta, da horizontalidade e da ação direta pré-figurativa, desconfiadas de governos e instituições formais. Esse embate revela forte tensão, no interior das próprias organizações “anti-sistema”, em que se opõem às práticas “policiais” - típicas das organizações burocráticas e hierárquicas, preocupadas em acumular poder e conquistar posições nas instâncias representativas - à potência “política” de jovens que se movem pela indignação.

Há outro campo de tensões no interior dessas organizações de esquerda na universidade. São muitos os relatos, ao longo da pesquisa de campo, que buscam colocar as lutas de classe em paridade com as lutas contra as opressões de raça, de gênero e contra a população LGBTQT+, como a fala de Heloísa (Levante, relato em evento, 2016): “A gente visa a luta das massas e classes oprimidas, como mulheres, negros e LGBTQT+. [...] Porque nós somos construídos por um sistema patriarcal, capitalista, e isso marginaliza essas classes”. Militantes que se identificam com as chamadas políticas de identidade (relativas à raça, gênero e diversidade sexual) desejam que essas

demandas realmente tenham centralidade na proposição das pautas e análises de conjuntura formuladas por suas direções. Contudo, a entrevistada, ex-integrante do Juntos!, narrou que, nos Encontros Estaduais e Nacionais das redes, e até mesmo no CONUNE, estudantes negras e negros são “totemizadas” e “totemizados” - algo semelhante ocorre com as feministas e LGBTTs. Faz-se questão de que, nas mesas de abertura e nas apresentações de teses e chapas, as e os representantes destoem do típico padrão homem, branco e heterossexual. No entanto, isso não garante que, nas direções nacionais, na formulação de políticas, nas análises de conjuntura e até mesmo nos momentos de formação política, o homem branco heterossexual deixe de aparecer de modo hegemônico, nem garante que as pautas identitárias apareçam em posição central ao lado das pautas clássicas da esquerda.

A política como dissenso, segundo Rancière (1996a, 1996b), está presente nesse microespaço público da universidade na forma de ações diretas embebidas do desejo de mudanças imediatas no cotidiano, bem como na esperada coerência entre ética individual e pauta política, em que as políticas de identidade, aliadas à luta contra a desigualdade social, se expressam de modo pré-figurativo. Entretanto, a “polícia” também continua presente, ainda que contestada e supostamente transformada pela assunção de novos sujeitos políticos no movimento estudantil. A “polícia” (re)aparece na forma da burocracia organizacional, das hierarquias, de decisões centralizadas, na busca de poder, cargos e ocupação de espaços institucionais. Ela reaparece, em parte frustrando a coalizão entre o movimento estudantil “clássico” e o alter-mundismo, na forma de acordos da direção que vão à contramão daquilo que tinha sido combinado com a base, no CONUNE, ou em recomendações de que o núcleo faça uso da greve estudantil para publicizar o nome da organização, na “totemização” de negras, negros, mulheres e LGBTs e na centralidade apenas aparente das pautas identitárias.

Participação

Esse item busca analisar as experiências de participação política vividas - bem como os significados atribuídos a essas experiências - por integrantes dos três coletivos investigados na universidade, com base nos registros em diários de campo e nas entrevistas.

Coletamos importantes dados acerca de dilemas enfrentados na organização desses grupos, destacando-se o dilema centralização *versus* horizontalidade nos processos decisórios e o dilema indivíduo *versus* organização na definição das prioridades. Trata-se de dois dilemas recorrentes na história dos movimentos sociais, o primeiro denominado por Jasper (2016) como o dilema da pirâmide, o segundo como o dilema da organização.

Esses dilemas, especialmente, o segundo, anunciam outro conjunto de dados acerca da participação de jovens estudantes no microespaço público estudantil, que trataremos aqui: as relações pessoais, as exigências de dedicação da militância, a subjetividade de militantes e os processos de desmobilização e desengajamento.

Os dilemas da participação

A combinação entre organização militante tradicional e alter-ativismo nos coletivos estudantis investigados muito provavelmente geraria processos decisórios em que o dilema centralização *versus* centralidade seria recorrente. Isso se comprovou. Esse dilema é ainda mais forte porque se tratam de redes de coletivos juvenis de considerável enraizamento nas universidades – e, em alguns casos, também em escolas e periferias.

Essas redes constituem direções estaduais e nacionais que detêm funções como formulação de pautas, análises de conjuntura, estabelecimento de táticas e estratégia ampla de ação e orientações às unidades locais (núcleos, células ou grupos locais). Os contatos entre as unidades locais e as direções, entre a “base” e a “liderança”, dão-se cotidianamente via Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), especialmente por mensagens via celular e outras redes sociais. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que as TICs permitem relações bastante horizontais, são também instrumentos de controle, vigilância e orientação por parte das direções e coordenações.

Também foram registradas visitas de dirigentes estaduais ao grupo local, especialmente para orientação, informações e até para animar a base a participar de Acampamentos Nacionais da rede. Por vezes, o informe da liderança estadual/nacional é passada como orientação, não como imposição, como para o Levante compor chapas para eleições ao CONUNE e DCE com o Quilombo, em 2017.

Outras vezes, a direção nacional tomava decisões sem consultas às bases ou lideranças locais, mesmo em grandes eventos da UNE, como o Juntos! durante o 55º CONUNE, em 2017 – motivada pela necessidade de definições rápidas, combinada com a intensa disputa pela ocupação de espaços simbólicos e burocráticos no congresso e na UNE. Vítor (Juntos!, relato durante 55º CONUNE, 2017), confidenciou sua irritação com a decisão do Juntos! de promover Ato contra o PSDB, em vez de participarem do Ato público do CONUNE pelas Diretas Já, e, também, com a direção querendo posicionar as pessoas no auditório da plenária. Em entrevista, Vítor relata que o Juntos!, diante da redução de sua representação no 55º CONUNE, fruto de ter privilegiado a participação em lutas sociais no início de 2017, acabou sendo “[...] muito mais sectário nesse CONUNE [...]. Ele precisou correr atrás disso burocrática e institucionalmente. Eu esperava que isso fosse acontecer, na real. Eu só não esperava que ele fizesse isso sem trocar ideia com a galera”.

Os registros mais ricos acerca do dilema centralização *versus* horizontalidade envolveram o Juntos! e, a seguir, o Levante Popular da Juventude. O Quilombo, ao menos entre as militantes entrevistadas, assume com mais tranquilidade que o peso maior no processo decisório deve ser da direção, mas, paradoxalmente, sofreu um processo de ruptura com sua rede nacional, vindo a formar uma nova rede, mais restrita ao estado de Minas Gerais.

Irma (ex-integrante do Juntos!, entrevista, 2017) buscou fazer uma avaliação ponderada sobre os benefícios e os problemas causados pela inevitável centralização de uma rede nacional, mas, ao final, concluiu que, outrora, era mais centralizadora e que mudou de opinião graças a sua experiência com a ocupação da universidade, quando as e os independentes demonstraram grande capacidade de organização e formulação política. Antes, relatou que o envolvimento dos coletivos estudantis com as correntes e partidos é o que mais toma tempo do militante, mais do que o próprio movimento estudantil. Por outro lado, esse envolvimento, concomitantemente, traz formação à juventude militante e orientação. Contudo, seu paulatino afastamento do Juntos! teria tornado mais claro que a propalada horizontalidade do seu coletivo era relativa, necessariamente subsumida às formulações políticas e análises de conjuntura das direções:

Há dois anos, eu falaria que as relações dentro do coletivo eram horizontais, que a gente conseguia resolver as coisas democraticamente, mas, inquestionavelmente, tem políticas que são colocadas. [...]. Muitas das coisas eram completamente democráticas, no sentido das nossas escolhas de ação. Isso a gente conseguia colocar de uma forma muito coletiva. Mas, a centralidade das políticas colocadas, a gente nunca escolheu de forma democrática. E eu me arrisco a dizer que nenhum coletivo escolhe de forma democrática políticas para tocar. (Irma, ex-integrante do Juntos!, entrevista, 2017).

O momento que o núcleo do Juntos! assistiu ao principal fruto de seu esforço de mobilização da discência, a greve estudantil e a ocupação da universidade, foi, também, o momento de maior disjunção do núcleo com sua direção:

Outra coisa que me marcou foi no meu último processo no meu coletivo, meu último suspiro no coletivo, e foi a ocupação. A princípio eu tinha uma tarefa muito bem definida e que eu neguei durante todo o processo de ocupação: que era cada vez mais tentar caracterizar o processo de ocupação como uma ocupação do Juntos!. [...] Foi um momento que a gente viu que não cabia mesmo tentar instrumentalizar a ação para o nosso coletivo, ainda que, sim, as formulações que tiveram na ocupação foram muitas do Juntos! [...]. A gente recebia telefonema que falava ‘olha, eu não estou vendo vocês na ocupação’, ‘vocês se apropriaram pouco da ocupação’, e a gente respondia, ‘mas é a assim que a gente está tocando’. E isso marcou muito e marca uma autonomia política da gente com relação a uma suposta existência de hierarquia. (Irma, ex-integrante do Juntos!, entrevista, 2017).

Meire e Vítor, militantes do Juntos!, em entrevistas em 2017, ocuparam posições opostas no que se refere ao dilema centralização *versus* horizontalidade, enquanto Irma oscilou de um polo a outro em sua trajetória militante. Segundo Vítor (Juntos!, entrevista, 2017), “[...] as direções do Juntos! falam com os militantes como se elas fossem patrões. [...] E é necessariamente um negócio que a gente repudia e está lidando contra”. Contudo, Meire considera que há correção na relação entre direção e base, mesmo reconhecendo as insatisfações de membros do grupo local:

Tem gente que acha que o Juntos! local pode ser algo totalmente diferente do Juntos! nacional, na forma de construção e cobranças de tarefas [...]. Cada região tem suas particularidades, somos pessoas diversas, com dinâmicas diversas, mas, em posicionamento político, a gente precisa ser coerente, não dá pro Juntos! local ser algo totalmente à parte do Juntos! restante. [...] O grupo de trabalho nacional não funciona à toa, nele tem toda uma análise de conjuntura. (Meire, Juntos!, entrevista, 2017).

No Levante, acompanhamos a insatisfação de Heloísa com a decisão de a direção nacional compor um “chapão” com a Majoritária no 55º CONUNE, abandonando a diretiva de sua campanha, que era a de “ocupar” a UNE e retirar a União da Juventude Socialista (UJS) da sua presidência. Todavia, em sua entrevista, relatou que compreendera os motivos da decisão da direção, ainda que pessoalmente discordasse dela, e buscou valorizar os elementos horizontais e consensuais da célula universitária: “É nós por nós, todo mundo é igual, todo mundo tem as mesmas funções, todo mundo pode fazer. Então, assim, não tem nada de uma pessoa estar à frente, puxando a orelha. Não. Todo mundo puxa a orelha, todo mundo constrói junto”.

Entretanto, o relato de Carla (ex-integrante do Levante, entrevista, 2017) revela sua frustração com a centralização das principais decisões pela direção estadual e nacional: “Me senti frustrada também quando tem ações de cima para baixo, quando o coletivo, por ser muito grande [...], se posiciona de um jeito que você não espera. Então, você fazendo parte de um coletivo e você não está sendo representada pelas decisões dele, isso é muito frustrante”.

O dilema indivíduo *versus* organização, em geral, mistura-se ao dilema centralização *versus* horizontalidade, com o polo da horizontalidade sendo concebido como tendo maior consideração pelas individualidades dos sujeitos. As relações de ativistas e militantes, como indivíduos, em relação às necessidades das burocracias partidárias e organizacionais, têm muitas tensões, mas essas tensões diminuem para quem passa a ocupar posições, como direções e coordenações estaduais, especialmente se a pessoa se torna uma “liberada”⁹ - a ponto de, como se

⁹ Termo usado para se referir a militantes que têm sua vida material garantida pela organização, para que possam se dedicar integralmente a ela, muitas vezes com tarefas que exigem constantes viagens para se reunir com grupos locais da rede em dada região ou estado – tarefas que caracterizam a função militante do “giro”.

verá no relato de Laís e Manuela, duas jovens que aprofundaram muito a vida como militantes, quase haver uma fusão entre vida pessoal e vida militante, entre indivíduo e organização. Irma, por sua vez, com certo ressentimento registra que, no auge de sua militância, praticamente anulou sua vida pessoal:

Para quem pertence há muito tempo a uma organização política, a gente não consegue separar muitas vezes a nossa vida disso, eu sinto muito isso e eu vejo que outros companheiros e companheiras, tanto de partido, quanto de movimento, ou de outros movimentos e partidos, também têm esse sentimento. A gente não consegue separar a nossa vida pessoal, a nossa vida política, a nossa vida acadêmica e nossa vida cultural. Fica tudo uma coisa só. E muitas vezes a militância ocupa sim o primeiro lugar, tanto que eu estou aqui até hoje [...]. Eu não aconselho a fazer o que eu fiz, de colocar a militância em primeiro lugar em vários momentos [...], mas não me arrependo. (Laís, Levante, entrevista, 2018).

A minha dedicação à militância é de domingo a domingo. O tempo todo! Porque, a partir do momento em que você assume a direção de um movimento, você passa a ser esse movimento, a pensar nele o tempo todo. [...]. No começo foi bastante difícil, você passa a pensar muito mais nas pessoas que na sua própria vida e a organização passa a ser sua vida. Você não se dissocia mais da organização. (Manuela, ex-Quilombo, entrevista, 2018).

Eu acho que a militância me impactou muito na minha vida pessoal. [...]. E eu acho que afetou nas escolhas que eu poderia ter feito. De muitos finais de semana que eu poderia ter sido qualquer pessoa e não uma pessoa que está lá, trancada, fazendo reunião, falando de conjuntura. Eu poderia ser uma pessoa que está convivendo com gente e vendo que a vida não era só aquilo. Então, afetou na minha vida pessoal e é a parte que mais me dói. (Irma, ex-integrante do Juntos!, entrevista, 2017).

O Quilombo parece resolver melhor esses dilemas apresentados, valorizando mais o polo da organização e das decisões pela direção. O Juntos! e o Levante, como já apresentado, são coletivos nos quais aparecem mais as contradições oriundas da tentativa de combinar organização tradicional e horizontalidade, instituição política e movimento social, militância e alter-ativismo.

O núcleo do Juntos!, segundo Irma (ex-integrante do Juntos!, entrevista, 2017), era composto por pessoas com ambas as orientações, como já vimos nos relatos anteriores de Vítor e Meire: lá, havia tanto pessoas que acreditavam muito na importância da institucionalidade, quanto pessoas que a valorizavam menos, mas que foram atraídas pela pauta radical do coletivo. Novamente, Meire e Vítor representam, cada qual, esses polos opostos:

A organização da juventude e, mais do que isso, a organização da indignação, é necessária para que a gente não fique solta, porque quando a gente se organiza, principalmente em um coletivo, significa que a gente está somando forças [...]. (Meire, relato em evento de extensão, 2016).

Eu já tive vontade de abandonar várias vezes o Juntos! [...]. Durante o CONUNE [...], algumas pessoas estavam criticando a UNE, aí uma menina virou e falou assim, ‘não fale mal da entidade’. Que entidade é essa? A gente está falando de um espírito que se apossa das pessoas e é um espírito divino? Não! É uma instituição histórica que tem contradição, o Juntos! também tem. [...]. Isso implica que há contradição, implica que ela tem erro. [...]. A base do Juntos! tem muito disso, de não criticar as coisas que a direção fala. A base do movimento estudantil tem muito disso. (Vítor, Juntos!, entrevista, 2017).

Essa fonte de tensões torna-se mais aparente quando são distribuídas e cobradas as tarefas da militância pelas direções/coordenações. No Juntos!, os termos nativos “método tratorado” e “trator” aludem, primeiro, à cobrança insistente das direções pelo cumprimento das tarefas atribuídas, mas também ao modo como a organização trata de militantes em crise pessoal,

propondo uma espécie de sublimação da dor, afirmando que a melhor forma de lidar com os problemas pessoais é assumir e cumprir novas tarefas de militância. Aqui, Meire (Juntos!, entrevista, 2017) discorda de sua organização:

Tem uma questão de lidar com as crises, que o coletivo não consegue. [...]. Esse não saber como lidar proporciona mais crise ainda. Então, o pragmatismo, às vezes, nos consome de tal maneira que a nossa subjetividade é atropelada, e depois não há o resgate dela.

O relato de Meire traz também um tema importante à juventude militante que pesquisamos, descrito com outro termo nativo, mas que também é caro ao mundo acadêmico: “subjetividade”. A preocupação com o bem-estar, a identidade e a individualidade de quem milita soma-se ainda a outro forte componente subjetivo desse microespaço público juvenil: a importância das amizades. Todos esses elementos reforçam o quanto esse microespaço expressa também as recentes tendências “movimentistas” (BRINGEL, 2009) e alter-ativistas (PLEYERS, 2018) das ações coletivas juvenis. Irrumpem os espaços, as pautas, as análises e as decisões, nos diversos momentos que a organização se afasta – até por contingências do contexto político – das aspirações horizontais, participativas e identitárias das pessoas que compõem sua “base” e até de lideranças/coordenações locais.

Em relação à amizade, ela tem sido grande sustentação dos grupos locais. Em alguns relatos, a proximidade via militância tornou os membros do coletivo também um grupo de amigas e amigos. Em outros, foi a amizade que levou à militância. Inclusive, a célula do Levante sobrevivia pela proximidade de amigas e amigos que conviviam em uma mesma república estudantil.

Por meio de observações e relatos, percebemos que, ao menos para o Levante e o Quilombo, consideram-se os tempos e os espaços de lazer e de diversão - muito importantes na vida estudantil, em que amizades e afetos são criados e mantidos – como lugar de recrutamento e/ou de militância juvenil. As reuniões do Levante têm grande informalidade, ocorrem quase em clima de “rolê”¹⁰ e costumam preceder a “rolês”. Os encontros da UNE e os grandes Acampamentos do Levante e do Juntos! têm, como uma das suas principais atrações, as “Culturais” (grandes *shows* e espaços para lazer). Enfim, o “rolê” pode ser o lugar do recrutamento de militantes: “Esses espaços informais de amizade, os ‘rolêzinhos’ em barzinhos, com certeza, servem para pessoas conhecerem um pouco sobre a organização e se aproximarem. [...]. É uma tática que os movimentos acabam utilizando. É muito evidente que é importantíssimo” (Manuela, ex-Quilombo, entrevista, 2018).

Outro tema relativo à “subjetividade”, tanto quanto ao dilema indivíduo *versus* organização, é o do esforço e da dedicação exigidos pela militância. Os sujeitos das entrevistas foram unânimes em dizer que a militância exige muito esforço e causa enormes desgastes físicos e mentais. Apontaram que a condição estudantil, por si só, dificulta a militância, dadas as exigências – também severas – da própria vida acadêmica.

Acho que depois de ter entrado para o Juntos! minha vida precisou se organizar muito mais do que só com a universidade. [...]. A militância exige que você tenha responsabilidades para cumprir tarefas. Enfim, que você dedique seu tempo para ela, para que ela de fato se torne algo concreto e saia do plano do discurso. Então, para que de fato a militância seja efetiva, você precisa trabalhar bastante para isso. (Vitor, Juntos!, entrevista, 2017).

¹⁰ Termo utilizado para designar atividades de lazer, como festas ou encontros em bares.

É importante que exista militância, que exista resistência, eu acho que é importante se organizar, só que apesar de ser importante, não é fácil. É algo que desgasta você emocionalmente, te tira o foco de outras coisas que você precisa fazer, e isso acontecia muito comigo. (Carla, ex-integrante do Levante, entrevista, 2017).

Irma, bastante rigorosa acerca da subsunção do movimento estudantil à grande política institucional, considera que reside aí a principal causa do desgastante ofício de militar nos coletivos da universidade. Ela também relatou que, nos Congressos da UNE, estudantes entravam em uma acirrada disputa que pouco tinha a ver com elas/eles:

Por mais que a pessoa se organize, militar no movimento estudantil é extremamente cansativo, porque a política que se instala no movimento estudantil é um recorte de uma política macroestrutural [...]. A consequência disso vai além da organização do movimento estudantil, você passa a se organizar fora dele. E aí entra a organização política partidária e outras correntes e isso acaba tomando muito mais tempo que o movimento estudantil. (Irma, ex-integrante do Juntos!, entrevista, 2017).

Outra especificidade da militância no movimento estudantil foi registrada por alguns relatos. Na verdade, algo mais específico ao atual movimento estudantil, já que parte importante de quem passou a atuar nele, que acessou a universidade sob o benefício das cotas sociais e raciais e graças à expansão das universidades públicas, tem ainda mais dificuldades com as exigências da militância: dificuldades de ordem material (recursos financeiros escassos, sacrifícios e cobranças da família) e simbólica (menor capital cultural herdado).

Teve um dia que meu pai ligou para mim e falou assim: ‘você pode ter quantos argumentos que tiver, eu não vou ter argumento para discutir com você, mas não adianta nada se você lutar para resolver as coisas fora de casa, mas não resolver as coisas dentro de casa. Não adianta nada você resolver o bairro se sua casa não tá resolvida’. [...] A minha família não dá conta de manter o ritmo que a militância às vezes pede pra gente. (Vítor, Juntos!, entrevista, 2017).

Um dia minha mãe me disse: Eu sei que você gosta muito dessas coisas, eu sei que faz parte da sua vida, mas eu não estou te mandando dinheiro pra você fazer isso, estou te mandando dinheiro pra você voltar da universidade com um diploma na mão. (Luana, ex-Quilombo, entrevista, 2018).

Nós temos problemas financeiros, que afetam diretamente na militância, porque se você não tem condição realmente de pagar uma conta a sua militância vai ser muito prejudicada, você não vai ter cabeça pra isso, infelizmente. Então é nesse processo que a organização vai lá e dá uma ajuda, um empurrão. (Manuela, ex-Quilombo, entrevista, 2018).

As exigências e o desgaste da participação no movimento estudantil parecem ser ainda mais severos com estudantes que vêm de grupos sociais tradicionalmente alijados da Educação Superior. Se a universidade pública não era, até recentemente, o lugar socialmente esperado de jovens das camadas populares e negras e negros, as entidades do movimento estudantil, assim como as direções de correntes e partidos, não vinham sendo o lugar socialmente frequentado por tais jovens. Quanto às mulheres, elas têm se tornado cada vez mais presentes na vida universitária, antes mesmo da recente expansão da Educação Superior, mas tiveram mais dificuldades em ascender a posições de destaque e liderança no movimento estudantil. Relatos demonstraram que ainda há machismo nas relações internas, e ainda há muitos espaços (como grandes eventos e nas direções) em que a participação masculina é maior ou mais valorizada que a feminina.

Subjetividade, desmobilização e desengajamento

Tratar das exigências da militância estudantil é se aproximar novamente do que as e os estudantes chamam de “subjetividade”. Dimensão agora revelada pelo esgotamento brutal de estudantes que participaram das ações coletivas no ciclo de lutas aqui pesquisado, pertencentes a organizações ou independentes (GROPPO; ROSSATO; COSTA, 2019). Após a derrota das ocupações no final de 2016, assim como da mobilização contra a Reforma Trabalhista, no início de 2017, ao longo de 2017 e 2018, configurou-se um grande acirramento político-ideológico no espaço público e até na vida social, com flagrante corrosão da democracia representativa e o avanço de pautas e grupos de direita e extrema-direita. Todos esses processos desgastaram de forma premente quem participou da ação coletiva e/ou integrou os grupos aqui pesquisados. Ao final, restavam corpos e mentes exaustos, adoecidos, angustiados e pouco motivados a seguir a militância.

O processo pós-ocupação foi muito traumatizante. Ver o cansaço das meninas e dos meninos, o meu cansaço, o esgotamento psicológico muito grande, foi muito difícil. [...]. O conjunto das ocupações, na verdade, tanto a movimentação em Brasília quanto as ocupações, elas foram muito violentas. [...] essas foram as maiores frustrações, que deixaram a gente sem dormir por um bom tempo. (Manuela, ex-Quilombo, entrevista, 2018).

A militância é a ação do possível, porque ela é o que é possível fazer. [...]. A militância não é terapia, então, se você tem problemas que são da ordem pessoal e te machucam, esses problemas você só resolve com terapia ou com cerveja e bar. A militância dói, ela machuca e ela te faz pensar muitas vezes em tudo isso. [...]. Aqui, todo mundo extrapolou o limite em algum momento. [...]. A militância precisa ser a arte da ação possível. E o que for possível, vai ser muito bem feito. [...]. Isso é para a gente não passar do limite do outro. Porque, é sério gente, se vocês quebrarem, eu também quebro. [...]. Esse balanço é o fim das minhas ações no movimento estudantil. Porque, uma, é que não tem jeito, eu já me formei. Outra, eu já fiz o que tinha que fazer. (Irma, Juntos!, relato em reunião do DCE, 2017).

Em seu relato, colhido em reunião do DCE, após seu balanço sobre a gestão coordenada pelo Juntos!, Irma também comunica o encerramento de sua participação no movimento estudantil, já que tinha se graduado e considerava ter cumprido com suas tarefas. Assim, ela toca nos últimos temas deste item, o desengajamento e a desmobilização.¹¹

Ao longo da pesquisa, foram colhidos diversos registros sobre processos de desengajamento e desmobilização nesse microespaço público estudantil, diretamente relacionados, ao final, com o próprio esvaziamento desse espaço em 2017-2018. A desmobilização trata de processos referentes, sobretudo, à organização, coletivo ou grupo, enquanto o desengajamento se refere principalmente ao sujeito, ao indivíduo, que se afasta – de forma lenta, abrupta ou com intercorrências – da participação nas atividades políticas da organização e do movimento estudantil.

O período de 2017 e 2018, que coincide com o descenso do ciclo de protestos juvenis, tem mais registros de desengajamentos, os quais se referem à quebra da “interação associativa”, ou seja, à capacidade de mobilização dos coletivos (RUSKOWSKI, 2012). O contexto político mais geral e o desgaste no microespaço público, causadores de inúmeras frustrações e

¹¹ Para a construção das noções de desengajamento e desmobilização, foi consultada bibliografia sobre sociologia da militância, das carreiras militantes e mesmo da socialização política, dentre as quais se destacaram: Carrano e Fávero (2014), Tomizaki (2009), Moreno e Almeida (2009) e Oliveira (2010). Ainda se destacam estudos que fizeram esforço semelhante de pesquisa sobre a participação política de jovens em universidades públicas, como Spósito e Tarábola (2016) e Brenner (2018).

desencantamentos, levaram a um processo em que a desmobilização dos coletivos e o desengajamento dos sujeitos se retroalimentaram.

Os relatos reativos à quebra da interação associativa são mais ricos nas entrevistas com aquelas que mais aprofundaram sua participação com os coletivos e suas redes, que podem ser identificadas como as cinco militantes. No entanto, as trajetórias de três ativistas também são interessantes: Carla, Heloísa e Vítor. Quando deram suas entrevistas, em 2017, Carla já era ex-integrante do Levante, Heloísa era integrante do Levante e Vítor do Juntos!. A sua forma, participação pode ser definida como ativismo, já que a preocupação maior era com a ação coletiva e as pautas defendidas pela organização, mais do que com a expansão e o aprofundamento das interações na rede. Isso não significa que a participação foi necessariamente superficial ou descontínua. Vítor, por um lado, fez parte da coordenação do DCE e compareceu nos CONUNEs e eventos da rede do Juntos! – por outro lado, se esquivava dos convites para ocupar cargos de direção. O processo de desengajamento de Carla, durante 2017, não foi seguido de reengajamento. Quanto a Vítor, a desmobilização do núcleo do Juntos! o levou a se desengajar da rede, sem novo engajamento anunciado, ao menos não durante o período observado. Algo semelhante ocorreu com Heloísa, em relação ao Levante.

Quanto as cinco militantes, apenas uma delas, a Meire do Juntos!, pretende continuar a militar em seu próprio coletivo e no movimento estudantil, enquanto Manuela pretende continuar no ex-Quilombo, mas anuncia sua saída do movimento estudantil, e Laís projeta sua saída do Levante e do movimento estudantil, tanto quanto seu reengajamento em outro movimento social, como o MST. Irma relata sobre seu processo de desengajamento do Juntos! e, de modo semelhante à Laís, a intenção de atuar em outros movimentos sociais, como o movimento negro. O relato de Luana, do ex-Quilombo, também se assemelha ao de Laís, quando projeta sua breve saída do movimento estudantil, mas, distintamente das demais, não anuncia um novo engajamento de modo tão efusivo.

Assim, as ativistas e o ativista não têm conseguido ou desejado projetar novos engajamentos após o final desse ciclo de protestos juvenis e o definhamento do microespaço público estudantil. Por um lado, as militantes e a ex-militante, que se envolveram mais profundamente com as organizações, têm passado, neste período geral de descenso dos protestos juvenis, um processo de desengajamento seguido do reengajamento. Entre elas, por outro lado, apenas Meire anunciava a intenção de se manter no movimento estudantil, enquanto continuava a participar de ações da rede do Juntos! no âmbito regional e estadual. Sujeitos militantes, diante da desmobilização de seus grupos estudantis locais, ainda podem encontrar organizações resilientes ao final de um ciclo de mobilizações sociais, as quais podem acolher novos engajamentos.

Luana foi uma das estudantes que os coletivos políticos estudantis “disputaram” (termo nativo usado para se referir aos esforços para engajar dadas pessoas na organização). Seu engajamento no Quilombo em 2015 foi festejado pelo coletivo, já que era a primeira pessoa negra a integrar o grupo local – que pertencia a uma rede cujo nome denotava imediatamente as pautas do movimento negro. Ela representou o Quilombo em comissão de formulação de teses no 55º CONUNE, em 2017, e tornou-se coordenadora do DCE em 2018. Contudo, revelou que sempre teve bastante consciência sobre o lugar da militância em sua vida, destoando, por exemplo, de Manuela, Laís e Irma:

A militância é uma consequência, ela é uma parte extremamente importante da minha vida, não vivo sem, mas... não é ela que paga as minhas contas, não é ela que põe comida na mesa da minha casa, da minha república. Ela sempre foi algo muito importante, mas nunca foi minha prioridade [...]. Minha mãe rala, é uma mulher assalariada, meu pai tem a marcenaria dele, então, é muita ralação. É algo comum no movimento estudantil, a galera colocar o movimento como prioridade e largar a graduação. (Luana, ex-Quilombo, entrevista, 2018).

Quando concedeu a sua entrevista, Luana e o movimento estudantil da universidade pesquisada viviam o fim de um bravo ciclo de protestos juvenis, Ativistas e independentes, que dependiam quase que totalmente desse microespaço para sua participação política, se desmobilizam muito mais rapidamente. O destino de Carla, Heloísa e Vítor é semelhante ao de independentes após o fim da ocupação e o descenso desse ciclo, ou seja, a cessação de atividades no movimento estudantil. Elas e ele não haviam demonstrado interesse em aprofundar sua participação nas estruturas da rede do coletivo da qual faziam parte, ou, se ao final do ciclo surgiu algum interesse, não tinham estabelecido uma rede de relações significativas para ingressar em carreiras militantes.

O macroespaço político estudantil, assim como o cenário mais amplo dos partidos e das organizações das esquerdas, também se retraiu, sendo capaz de oferecer alternativas ou atrair apenas algumas militantes com maior aprofundamento nas organizações. É o caso de Meire, Manuela e de Laís, menos os de Irma e Luana. Elas aprofundaram sua militância, transitaram nos espaços de direção/coordenação estadual e nacional de seus coletivos e até ocuparam funções-referência – como a coordenação do DCE. Essas experiências permitiram que elas construíssem um maior “capital militante” (SEIDL, 2014) em comparação às e aos ativistas. Esse capital militante é composto de relevantes redes de relações, mais conhecimento do macroespaço e mais capacidade de circular com desenvoltura nesse espaço, afora a criação de expectativas e projetos pessoais de carreira militante, ao lado de habilidades como facilidade de formulações políticas e de negociação, capacidade de falar em público e atuar em assembleias e reuniões.

Nosso principal objeto, o microespaço público, regride, mas continua latente. Isso porque houve grande acúmulo de experiências, vivências de lutas e conhecimento de repertórios de ação por estudantes – que permanecem na universidade - e ex-estudantes (parte continua a frequentar de modo intermitente a instituição). Há um acúmulo¹² de experiências que pode ser comunicado e recriado, entre quem viveu ou, simplesmente, assistiu às ações coletivas e à primavera do microespaço, às novas e aos novos estudantes. Entretanto, é grande o risco dessa memória de lutas e de experiências formativas se esvaír, de cair no esquecimento, como alerta Meire a respeito da experiência de coordenar o DCE: “A nossa gestão serviu muito de aprendizado, serviu muito para a gente conhecer o nosso lugar na política... precisamos usar toda nossa experiência e não jogar fora ou guardá-la como recordação” (Meire, Juntos!, relato em reunião, 2017).

Considerações finais

O artigo tratou dos dilemas oriundos da tentativa de correntes partidárias e movimentos sociais “clássicos” construir organizações para mobilizar estudantes, jovens que têm valorizado as novas tendências da participação juvenil, como a horizontalidade, a ação direta e as pautas identitárias: o dilema horizontalidade *versus* centralização e o dilema indivíduo *versus*

¹² No movimento estudantil, o termo nativo “acúmulo” é muito importante. A preocupação com o “acúmulo” visa sanar uma debilidade que o movimento estudantil tem em grau maior do que os demais movimentos: seus participantes tendem a se desfiliar mais rapidamente – afinal, a maioria das e dos estudantes se formam em alguns anos –, o que tende a dificultar a continuidade dos projetos, das experiências positivas e até mesmo dos coletivos.

organização. Diversos registros e relatos trazem as tensões entre, de um lado, a valorização da horizontalidade e a relevância da “subjetividade” (a individualidade e a identidade dos sujeitos), e, de outro, a pressão das estruturas macropolíticas (ou antes, “policiais”) sobre as redes e o microespaço público, reforçando ou recriando dispositivos de controle e de enquadramento das ações das unidades locais.

Tratou, também, das dificuldades de um novo contingente de estudantes mobilizado, oriundo da expansão da Educação Superior pública e das políticas de cotas sociais e raciais, de manter sua participação política, dadas as exigências da militância, tão severas quanto às da Graduação, as maiores dificuldades materiais, o menor capital cultural herdado e o esgotamento físico e mental diante das derrotas recentes dos protestos juvenis no Brasil.

Flagramos processos intensos de subjetivação política ocorrendo de modo concomitante ao alvorecer deste microespaço público, quando pessoas pertencentes a grupos historicamente apartados da participação política – e até da Educação Superior – passam a se mobilizar por meio do movimento estudantil, como mulheres, negras e negros, filhas e filhos das classes populares e classes médias baixas. Mobilização política que envolveu, por um lado, o esforço de coletivos atuando em nível cotidiano, formados pela iniciativa de partidos e movimentos, e, de outro, estudantes que criaram formas de diversa de participação: pelo engajamento profundo no coletivo (militância), pelo ativismo que era atraído pelas pautas radicais da organização e pelo ativismo que preferia manter-se na condição de “independente”.

Pudemos acompanhar, em diversos momentos, em especial durante a ocupação, a política no sentido definido por Rancière: criadora do dissenso, porque questionava as divisões estabelecidas, entre quem pode e quem não poderia participar da vida política; (re) criadora de novas pautas políticas, forçando o macroespaço público estudantil a dar mais centralidade às lutas identitárias; criadora de novos espaços de atuação política, em especial o microespaço público estudantil da universidade pesquisada; e criadora de novos sujeitos políticos, fazendo com que a imagem do movimento estudantil também passasse a ser composta por rostos de mulheres, negras e negros, LGBTTs e de filhas e de filhos de grupos sociais tradicionalmente aliados da Educação Superior.

Referências

- ARENDET, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 954-962.
- BRENNER, A. K. Do potencial à ação: o engajamento de jovens em partidos políticos. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 239-266, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0120>
- BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 97-121, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.v11i1.1529>
- CARRANO, P. C.; FÁVERO, O. (Orgs.). **Narrativas juvenis: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CASTRO, L. R. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 479-487, out./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-37722009000400003>

CASTRO, L. R.; MATTOS, A. R. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Análise Social**, Lisboa, v. 44, n. 193, p. 793-823, out. 2009.

CORROCHANO, M. C.; DOWBOR, M.; JARDIM, F. A. A. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24115/s2446-6220201841436p.50-66>

GROPPO, L. A.; BORGES, L. F. Grupo evangélico na universidade: práticas formativas, identidade religiosa e relações políticas. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 173-196, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-85872018v38n3cap08>

GROPPO, L. A. et al. Ocupações no Sul de Minas gerais: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1 p. 141-164, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v19i1.8647616>

GROPPO, L. A.; ROSSATO, M. H. L.; COSTA, M. C. S. Extensão, pesquisa e engajamento: aprendizado de lutas e dores no Seminário Memorial das Ocupações estudantis. **Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 59-68, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5212/rev.conexao.v.15.i1.0008>

JASPER, J. J. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832009000200006>

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil e as questões de gênero e diversidade sexual. In: GROPPPO, L. A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. (Orgs.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008. p. 84-107.

MESQUITA, M. R. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 66, p. 117-149, 2003. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1151>

MISCHE, A. De estudante a cidadão: rede de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 134-150, maio/dez. 1997.

MORENO, R. C.; ALMEIDA, A. M. F. “Isso é política, meu!” Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 59-76, maio/ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73072009000200005>

NOVAES, R. Juventude, religião e espaço público: exemplos ‘bons para pensar’ tempos e sinais. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 184-208, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0100-85872012000100009>

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

OLIVEIRA, W. J. F. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 49-77, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, D. A.; FERRARI, D.; MACHADO, A. “Ninguém solta a mão de ninguém”: conectados/as em rede, resistimos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 659-677, maio/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.14n2.014>

ORTELLADO, P. A primeira flor de junho. In: CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. (Orgs.). **Escolas de lutas**. São Paulo: Veneta, 2016. p. 12-18.

PLEYERS, G. **Movimientos sociales em el Siglo XXI**: perspectivas y herramientas analíticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Cia das Letras, 1996a. p. 367-382.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996b.

ROCHA, C. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: SOLANO, E. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 48-54.

ROVAI, M. G. O. A “memória herdada”: as comissões da verdade e os “escrachos” promovidos pela juventude em países da América Latina, como Argentina, Chile e Brasil. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, n. 18, p. 223-250, jan./jun. 2015.

RUSKOWSKI, B. O. **Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória**: estudo sobre as condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SEIDL, E. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 63-78, set./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p63>

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. S. Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1009-1028, out./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302016166158>

SZYMANSKI, H. (Org.). **A entrevista na pesquisa em Educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro, 2004.

TOMIZAKI, K. Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista com Bernard Pudal. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 129-138, maio/ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73072009000200009>

VIGENTIN, R. **Experiências e sentidos da participação juvenil na contemporaneidade:** um estudo do Levante Popular da Juventude na cidade de Sorocaba-SP. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016.

WEBER, M. **Ciência e política:** duas vocações. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

Recebido em 14/03/2019

Versão corrigida recebida em 25/06/2019

Aceito em 01/07/2019

Publicado online em 09/07/2019